Wanderlei Pozzembom 1-2-99

José Arruda apresentou três projetos em 15 dias. Estevão também teve boa atuação: nenhuma falta às sessões e participação nas comissões

Bancada do DF mostra trabalho no Congresso

Parlamentares, atuando em grupo, conseguiram garantir R$ 151 milhões do Orçamento para o Distrito Federal

Taís Braga
Da equipe do Correio

Deputados federais e senadores começaram o ano mais cedo, em janeiro, por causa da convocação extraordinária feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ganharam em dobro para isso e, ainda assim, deixaram [illegible] Plano Plu[illegible] Geral da [illegible]taram 32 Projetos de Lei ao Congresso Nacional.

Na prática, os parlamentares estão trabalhando há um mês e meio. Apesar do pouco tempo, o saldo é positivo para o Distrito Federal. A bancada, coordenada pelo deputado Agnelo Queiroz (PCdoB) e pelo senador José Roberto Arruda (PSDB), conseguiu garantir R$ 151 milhões de repasse do governo federal para as emendas coleti[illegible]de[illegible]en-

Mais uma vez, o PMDB é o recordista na apresentação de projetos. O senador Luiz Estevão (PMDB) conseguiu apresentar dez projetos e não faltou a nenhuma sessão. O deputado Alberto Fraga (PMDB) apresentou nove projetos de lei. Enquanto Estevão atua em várias áreas, Fraga concentra o seu trabalho na área de segurança.

O senador José Roberto Arruda (PSDB), líder do governo no Senado, também esteve presente a todas as sessões, ao contrário do senador petista Lau[illegible] ble[illegible] não é um problema para os políticos do DF. Numa sexta-feira, quando é comum encontrar os gabinetes vazios, os parlamentares brasilienses podem ser encontrados no seu local de trabalho.

Neste ano, além das emendas da bancada, a investigação de denúncias envolvendo o nome do senador Luiz Estevão — suspeito de participação no desvio de dinheiro destinado a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo — provocou uma movimentação diferente entre os parlamentares brasilienses. Os discursos e de[illegible]taram entre esses

ATUAÇÕES

AGNELO QUEIROZ (PCdoB)
Responsável pela coordenação do trabalho da bancada na garantia da aprovação das emendas coletivas ao Orçamento Geral da União, apresentou quatro projetos de lei e dois projetos de resolução. Faz parte de quatro comissões permanentes e três comissões especiais. Durante os 15 dias de trabalho, enviou seis requerimentos solicitando informações a ministérios do governo pedindo esclarecimentos sobre investimentos patrocinados.

ALBERTO FRAGA (PMDB)
Asegurança é grande preocupação do deputado, que já integra a comissão especial de estudos contra a violência. Recordista na apresentação de projetos — foram nove em 15 dias — o federal inovou ao apresentar um projeto que trata de um assunto bastante atual, que pode se tornar um dos grandes problemas do futuro: a invasão dos hackers (piratas informáticos). Fraga pretende tipificar como crime a violação de bancos de dados eletrônicos.

GERALDO MAGELA (PT)
Vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Medicamentos. Magela continua — nesse ano legislativo — a ocupar o cargo de vice-líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Ainda não apresentou nenhum projeto.

JORGE PINHEIRO (PMDB)
Não forneceu informações. No site da Câmara, não está registrado nenhum projeto de autoria do deputado.

MARIA ABADIA (PSDB)
Bastante atuante nos trabalhos das comissões do meio Ambiente, e Minorias e na comissão especial para soluções para erradicação da pobreza e da marginalização, também foi uma das autoras da Carta de Goiás, com sugestões de estratégias para incentivar a exploração do turismo no país. A deputada apresentou dois projetos voltados para a área social. Em um deles, determina a absorção dos profissionais recém-formados pelas empresas privadas.

PAULO OCTÁVIO (PFL)
Integrante das comissões de Economia, Indústria e Comércio, de Comunicação, Ciência e Tecnologia e Informática e da subcomissão de Turismo, o parlamentar apresentou, nos primeiros 15 dias de trabalho, uma proposta de emenda provisória criando a cédula de crédito bancário e um projeto estendendo a aplicação dos recursos do Fundo do Centro-Oeste para os setores de serviço e comércio do DF.

RICARDO NORONHA (PMDB)
O maior destaque da atuação do parlamentar é a sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, onde participou de diversas visitas aos estados investigados pela CPI. O deputado apresentou dois projetos de lei. Um deles permite que o trabalhador saque seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para ser utilizado no pagamento de anuidades escolares.

PEDRO CELSO (PT)
Desenvolveu um trabalho político junto aos rodoviários de Brasília e conseguiu eleger a chapa que vai dirigir o sindicato da categoria nos próximos anos. Não apresentou nenhum projeto.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB)
O líder do governo no Senado fez um trabalho importante na obtenção de recursos para as emendas coletivas ao Orçamento Geral da União, apresentadas pela bancada federal. Em 15 dias, apresentou três projetos de lei. Um deles propõe o fim do recesso parlamentar e defende que os parlamentares adotem o mesmo calendário do trabalhador comum, ou seja, um ano de trabalho e um mês de férias.

LAURO CAMPOS (PT)
O senador petista continua demonstrando preocupação com as relações entre o Brasil e os organismos financeiros internacionais. Obrigado a se ausentar algumas vezes por problemas de saúde, Lauro Campos não apresentou nenhum projeto.

LUIZ ESTEVÃO (PMDB)
Campeão na apresentação de projetos, teve um início de ano atribulado. Além de participar dos trabalhos nas comissões, foi solicitado a apresentar sua defesa na investigação sobre um possível envolvimento no desvio de verbas da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. Entre os dez projetos que apresentou, dois merecem destaque: um deles fixa a data de 20 janeiro para o reajuste anual — igual ao índice de inflação do período — dos salários dos servidores públicos (civis e militares), como estabelece a Constituição. O outro pretende acabar com o seguro obrigatório dos veículos automotores.

ESTILO SOB MEDIDA.
O MELHOR CARRO E O MELHOR PLANO JUNTOS.
A PARTIR DE R$72.384,0[illegible]